

PECULIARIDADES DA INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A MULHER

Ana Paula Lamego Balbino
Delegada Titular da Polícia Civil de Minas
Gerais (lotada na Delegacia Especializada
de Atendimento à Mulher / DEAM)

- O Brasil é o 5º país mais violento para as mulheres, segundo o estudo “Mapa de Violência 2015 – Homicídios de Mulheres”.
- Os delitos são ameaças aos direitos fundamentais à vida e a propriedade, bem como à qualidade e bem estar social.

Peculiaridades dos crimes contra a mulher e as diferenças na investigação

- Não basta a vítima saber dos seus direitos para conseguir romper com o Ciclo da Violência.
- A natureza desse tipo de relacionamento abusivo faz com que a mulher se isole do seu convívio próximo.
- É necessário que a mulher se sinta devidamente amparada e acolhida para que possa dar o próximo passo.

- Lei Maria da Penha (Lei 11.340 / 06) prevê medidas assistenciais a mulheres em situação de violência doméstica a serem realizadas por uma Equipe Multidisciplinar composta por:
 - ✓ profissionais da área de saúde
 - ✓ assistência social
 - ✓ médico
 - ✓ enfermeiras
 - ✓ psicólogos
 - ✓ Defensoria Pública
 - ✓ Assistência Jurídica Gratuita

- O estado conta com alguns equipamento públicos especializados no atendimento dessas mulheres.
- É uma tentativa de buscar a integralidade e a humanização do atendimento e garantir que essas mulheres sejam cuidadas e amparadas por profissionais especializados.

Dentre os principais equipamentos públicos:

Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) – as vítimas, ao se deparem com qualquer espécie de violência doméstica, que consiste, segundo a Lei n. 11.340 / 06 (Lei Maria da Penha), na ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, psicológico, moral, sexual, patrimonial, no âmbito unidade doméstica, familiar e em qualquer relação íntima de afeto, devem se dirigir à Delegacia de Polícia a fim de fazerem a denúncia sobre os tipos de violência e ameaças que vem sofrendo.

A Autoridade Policial deverá:

- Encaminhar a ofendida ao hospital, posto de saúde e / ou Instituto Médico Legal (aqui na capital temos médicas legistas de plantão na própria Especializada. Quando necessário, são atendidas no IML).
- Oferecer transporte à ofendida e seus dependentes para um abrigo, local seguro, quando houver risco de vida (na Capital a vítima poderá ser encaminhada ao Benvinda / Centro de Referência Benvinda de Belo Horizonte ou à Casa Abrigo Sempre – Viva).
- Se necessário, acompanhar a ofendida para a retirada de seus pertences no local da ocorrência / domicílio.
- Informar a ofendida os direitos e serviços disponíveis.
- A autoridade policial irá representar junto ao Juiz pelo deferimento das Medidas Protetivas de urgência, no prazo de 48 horas, caso a ofendida requeira.

Prisão Preventiva / Busca e Apreensão

- Autoridade Policial poderá concluir pela necessidade de representar pela prisão preventiva e busca e apreensão, em conformidade com os princípios constitucionais e lei.
- A Lei 12.403 de 2011 acrescentou o inciso III ao art. 313 do Código de Processo Penal que prevê que será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Delegacia de Plantão

- Em Belo Horizonte há a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher localizada na Av. Augusto de Lima, 1942, Barro Preto. O Plantão funcionando 24 horas, visando, desta forma, “acolher” essa vítima sensibilizada da melhor forma possível.

Tem-se, ainda, como principais equipamentos públicos:

- **Órgãos da Defensoria Pública:**

Prestam assistência jurídica integral e gratuita à população desprovida de recursos para pagar honorários de advogado e os custos de uma solicitação ou defesa em processo judicial, extrajudicial, ou de um aconselhamento jurídico.

- **CRAS (Centros de Referência da Assistência Social):**

Unidades públicas que desenvolvem trabalho social com as famílias para promover o bom relacionamento familiar, o acesso aos direitos e a melhoria da qualidade de vida. Possuem atuação territorial, atuando em determinadas regiões, todavia, de forma mais geral, pois além da violência doméstica, auxilia em questões como violência no bairro, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, entre outros.

- **Centros de Referência de Atendimento à Mulher :**

Acolhimento, acompanhamento psicológico e social e prestam orientação jurídica às mulheres em situação de violência. São unidades mais especializadas nas particularidades da mulher em situação de violência, dando primazia ao aconselhamento em situação de crise, e menos voltadas para harmonização da família como é o caso do CRAS.

- **Casas-Abrigo:**

Oferecem asilo protegido e sigiloso, e atendimento (psicossocial e jurídico) a mulheres em situação de violência doméstica (acompanhadas ou não de filhos) sob risco de morte. Durante período de permanência nesses locais, as usuárias deverão reunir as condições necessárias e retomar a vida fora das Casas-Abrigo.

- **Os Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher :**

Contam com equipes multidisciplinares (psicóloga/os, assistentes sociais, enfermeiras/os e médicas/os) capacitadas para atender os casos de violência doméstica e familiar ou sexual contra a mulher.

Os estados cumprem às obrigações assumidas nas:

- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.
- Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar, Erradicar a Violência contra a Mulher.
- Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade.

Com a investigação dos crimes as instituições envolvidas nessa investigação contribuem para combater e eliminar as estruturas e padrões de poder e domínio que submetem as mulheres às diferentes formas de violência.

As Instituições envolvidas deverão atender às seguintes peculiaridades:

- A. Colocar as mulheres, em situação de violência doméstica e familiar, em qualquer idade, no centro da investigação.
- B. Facilitar a presença e participação das mulheres em situação de violência doméstica e familiar em todas as fases da investigação e do processo judicial.
- C. Utilizar técnicas de investigação científico-criminal que permitam certificar a comissão do fato criminoso e a possível existência de um padrão de conduta dominante do homem sobre a mulher dentro da relação de afetividade ou familiar.
- D. Atuar com a diligência necessária desde o início da investigação e registro da ocorrência para reunir o maior número de provas do fato criminoso.

As Instituições envolvidas deverão atender às seguintes peculiaridades:

E. Orientar a investigação de modo a dar uma resposta adequada à gravidade dos fatos, evitando em todo caso a adoção de medidas alternativas ao processo penal que envolvam a minimização ou justificação da violência exercida.

F. Adquirir as capacidades e ferramentas necessárias para eliminar preconceitos e estereótipos na análise, tratamento e investigação dos crimes, particularmente na atenção dada à mulher em situação de violência doméstica e familiar da violência ou aos seus familiares, erradicando qualquer comportamento, bem como evitando qualquer comentário ou atitude culpabilizadora.

- Cada prefeitura poderá prever suas próprias instituições especializadas no atendimento de mulheres em situação de violência.
- Organizações da sociedade civil voltadas para o acolhimento dessas mulheres na forma de coletivos, ONGs ou até mesmo redes de apoio.
- **Ligue 180** – Central de Atendimento à Mulher, serviço gratuito, 24 (vinte e quatro) horas, em todos os dias da semana, inclusive, feriados, que atende ligações de todo o Brasil e exterior.

- Rede de Serviços de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Região Metropolitana de Belo Horizonte, composta, dentre outros:
 - Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher/Polícia Civil
 - Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência de Gênero/NUDEM-BH/PPMG,
 - Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres,
 - Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher,
 - Benvinda,
 - Casa Abrigo Sempre Viva,
 - Promotoria de Justiça e Defesa da Mulher,
 - Rede de Serviços de Saúde,
 - Secretarias de Saúde Núcleo de Atendimento as Vítimas de Crimes Violentos/NAVCV, Conselho Estadual da Mulher, Setores de Defesa Social/SEDESE,
 - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Peculiaridades na investigação relativas aos delitos de estupro:

- A vítima deve denunciar o fato imediatamente após o ocorrido, para que seja encaminhada, primeiramente, ao Hospital a fim de submeter ao Protocolo de Atendimento Humanizado às vítimas de Violência Sexual (visando evitar a revitimização).
- **Preservação da cadeia de custódia da prova:** Ideal é que os exames de corpo de delito em relação ao estupro sejam realizados o mais breve possível. Todavia, quando realizado até as 72 horas existe a possibilidade de coletar vestígio material, tempo que pode ser reduzido caso a vítima esteja com fluxo menstrual. Coleta de material genético (sêmen) é de 24 a 72 horas. Em caso em que a vítima tenha sido dopada é necessário exame de urina e não só o de sangue para a realização do toxicológico.
- A Autoridade Policial irá formar sua convicção, ainda, através de outros elementos informativos objetivos (como vídeos e imagem) e subjetivos (prova testemunhal).

As mulheres, vítimas de violências, devem buscar ajuda.

É o primeiro e mais importante passo para conseguir romper o ciclo da violência e procurar garantir sua segurança.

Necessário conhecer as redes de acolhimento disponíveis, seja ela formal ou informal.

As Mulheres têm que ter em mente que não estão sozinhas!